



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS – CAMPUS
MACEIÓ**

ROBSON WILLIAMS BARBOSA DOS SANTOS

**CASA DE TAIPA: HABITAÇÃO DE NEGRO E POBRE NO POXIM
TÃO ANTIGO E TÃO ATUAL**

MACEIÓ

2022

ROBSON WILLIAMS BARBOSA DOS SANTOS

**CASA DE TAIPA: HABITAÇÃO DE NEGRO E POBRE NO POXIM
TÃO ANTIGO E TÃO ATUAL**

Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de especialista em História de Alagoas.

Orientador: Prof. Me. Gerson Guimarães.

MACEIÓ

2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte


S237c Santos, Robson Williams Barbosa dos.
Casa de taipa : habitação de negro e pobre do Poxim tão antigo e tão atual
/ Robson Williams Barbosa dos Santos. – 2022.
37 f. : il.

Orientação: Prof.^a. Me. Gerson Maciel Guimarães.
Artigo científico/Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História
de Alagoas) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió, 2022.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Casa de taipa. 2. Poxim - Alagoas. 3. Habitação. I. Título.

CDD: 981.35


Nalva Maria Amaral
Bibliotecária – CRB-4/989

ROBSON WILLIAMS BARBOSA DOS SANTOS

**CASA DE TAIPA: HABITAÇÃO DE NEGRO E POBRE NO POXIM
TÃO ANTIGO E TÃO ATUAL**

Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de especialista em História de Alagoas.

Aprovado em: 07/06/2022

Conceito Obtido: 8,5

AVALIADOR

Documento assinado digitalmente


GERSON MACIEL GUIMARAES

Data: 30/08/2022 08:00:19-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

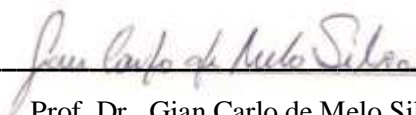
Prof. Me. Gerson Guimarães.
Instituto Federal de Alagoas
(Orientador)

AVALIADOR



Prof. Me. Denis Rocha Calazans
Instituto Federal de Alagoas
(membro interno)

AVALIADOR



Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva
Universidade Federal de Alagoas
(membro externo)

CASA DE TAIPA: HABITAÇÃO DE NEGRO E POBRE NO POXIM TÃO ANTIGO E TÃO ATUAL

Robson Williams Barbosa dos Santos¹

RESUMO

A casa de taipa é considerada uma técnica de arquitetura vernacular que surgiu na África e foi levada para a Europa através do Império Romano, chegando ao Brasil através do processo de colonização com os portugueses. No início do processo de colonização, a taipa passa a ser habitada por senhores de engenho, nos séculos XVI e XVII, não temos registros históricos de quando começou a serem erguidas, o que sabemos é que as casas de taipas se tornaram mais usada no Norte do Brasil, principalmente, na faixa litorânea, por conta do desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar. Com o passar do tempo, surgiram novos materiais de construções que foram inseridos na edificação das casas de taipas e, com isso, a primeira forma de construção das casas de taipas rústicas ficou para as pessoas pobres e negras, já que os senhores de engenho passaram a fazer suas casas de taipa mais moderna e robustas. Por esse motivo, mostraremos, resumidamente as duas formas de habitações, as mais abastadas e as habitações mais populares, construídas por uma população pobre e negra em Alagoas, que é o Poxim, que no período colonial era chamada de Vila Real de São José do Poxim, que contavam com a presença do negro para o pesado trabalho nas lavouras de cana e no fabrico do açúcar, e ao mesmo tempo, eram a mão de obra predominante naquele espaço rural e urbano, cercado pelos canaviais e belíssimas construções coloniais.

Palavras-chave: Casa de Taipa, Pobreza, Negro.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mestre em História Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e integrante do Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagem (Nesem). E-mail: robsonwilliams55@gmail.com

ABSTRACT

The taipa house is considered a vernacular architecture technique that emerged in Africa and was taken to Europe through the Roman Empire, arriving in Brazil through the colonization process with the Portuguese. At the beginning of the colonization process, the rammed earth became inhabited by planters in the 16th and 17th centuries. Brazil, mainly along the coast, due to the development of sugarcane plantations. With the, the new building materials that were inserted in the construction houses of the temporary houses and that with, the first poor and black people, since the lords of the construction of the plantation houses make their mud houses more modern and robust. For this reason, we will briefly show how two forms of housing, as more affluent and as more popular housing, built by a poor and black population in Alagoas, which is Poxim, which in the colonial period was called Vila Real de São José do Poxim, which relied on the presence of black people for heavy work in the cane fields and in the sugar factory, and at the same time were the predominant workforce in rural and urban spaces, surrounded by sugarcane fields and seen colonial buildings.

Keywords: Taipa House, Poverty, Black.

Data de Submissão: 07/06/2022.

Data de aprovação: 12/06/2022.

CASA DE TAIPA: HABITAÇÃO DE NEGRO E POBRE NO POXIM TÃO ANTIGO E TÃO ATUAL

1 INTRODUÇÃO

Após um breve e simples estudo sobre a historiografia arquitetônica do Brasil desde o início do processo de colonização no século XVI até o século XIX, notamos que, ao refletirmos sobre as moradias dos colonos e das demais pessoas que aqui viviam, identificamos que essas moradias estavam ligadas às condições sociais de seus moradores.

Para corroborar tal afirmativa, utilizaremos alguns olhares de cronistas dos séculos XVII e XIX, como Frans Post, Debret, Rugendas, Tollenare, além de descrições de historiadores, como Gilberto Freyre, Mary Del Priore, Sheila de Castro Faria e Robert W. Slenes.

Desse modo, mostraremos resumidamente duas formas de moradias que havia no Brasil, as mais abastadas e as habitações mais populares, também conhecidas como casas de taipa, construídas por uma população negra (preta e parda) e pobre.

Para realizar este estudo em Alagoas, escolhemos a Villa Real de São José do Poxim, ou simplesmente Poxim, povoado da atual cidade de Coruripe, que contava com a presença do negro (preto e pardo) para a construção de ambas as construções: tanto as moradias senhoriais quanto as casas de taipa.

2 CASA DE TAIPA: HABITAÇÃO DE NEGRO E POBRE NO POXIM – TÃO ANTIGO E TÃO ATUAL

“A casa é o palco permanente das atividades condicionadas
à cultura de seus usuários.”
Carlos Lemos²

A Villa Real de São José do Poxim³ desenvolveu-se em torno dos engenhos Jenipapo e Porção por volta de 1774, ambos importantes para o comércio transatlântico de escravizados. O processo de ocupação do vale do rio Poxim e, mais tarde, o de Coruripe, deu-se em função

² ALGRANTI (1997, p. 90).

³ Ao nos referirmos à Villa Real de São José do Poxim, estamos tratando do local no período colonial e império, assim como era chamado em ambos os períodos. Já quando não fazemos essa referência, estamos tratando do local em tempos atuais.

da criação do gado *vacum* e, depois, com a instalação dos primeiros engenhos de açúcar na região.

Desde a fundação da freguesia do Curato de São José e Madre de Deus do Poxim em 1718 (DIEGUES JÚNIOR, 2006, p. 31), essa região vem ganhando um volume demográfico expressivo, que facilitou o crescimento econômico local e da área do vale do São Francisco. Esse volume demográfico contava com a presença do negro⁴ africano⁵ para o trabalho pesado nas lavouras de cana, no fabrico do açúcar e nas covas de mandioca, em que os escravos trabalhavam no eito sob o sol escaldante dos trópicos.

Não sabemos exatamente a origem do povoado do Poxim, mas a capela que lhe deu origem tem sua datação lá pelos idos de 1632, quando ela e a capela de Coruripe “pertenciam à Paróquia de São Lourenço da Mata, sendo uma das mais antigas” (LEMOS, 2018, p. 12) da região sul da Capitania de Pernambuco. Do início de sua formação, em 1632, até sua explosão demográfica, no século XVIII, houve crescimento com a exploração do ouro nas minas, isso em toda a América portuguesa, pois o ouro incorpora “várias regiões do interior ao circuito exportador, a expansão da produção açucareira em novas áreas, e o conseqüente aumento do volume do tráfico negreiro” (LARA, 2007, p. 128). Não à toa, nos anos de 1782 a 1783, Pernambuco importou de Angola 2.436 escravos adultos e 7 crias (CARREIRA, 1969, p. 91). Anos antes, entre 1722 e 1731, o número de escravos trazidos para Pernambuco da Costa da Mina foi cerca de 22.270 escravos (FRAGOSO, 2010, p. 209).

Assim, a Villa Real de São José do Poxim vem ganhando expressividade na região e, com isso, um volume demográfico expressivo (SANTOS, 2019, p. 38), que facilitou o crescimento econômico local e a articulação econômica na área do vale do São Francisco com o comércio negreiro e dos produtos usuais da terra, como açúcar, fumo, âmbar, aguardente, salitre, farinha de mandioca etc. (MATHIAS, 2012, p. 121).

Esse crescimento populacional e econômico só foi possível por causa das “estradas líquidas” (CARVALHO, 2015, p. 26) estabelecidas com os rios que circundam o vale do São Francisco, como o rio Poxim, em que circulavam escravos, víveres e mantimentos (farinha de mandioca, feijão verde, carne seca etc.) das demais regiões de Pernambuco. Muitas dessas

⁴ Silvia Lara (2007, p. 132-133) chama a atenção para os termos “negros” e “pretos”, em que o “negro” designa a cor e o “preto” equivale à condição de escravo. Nós usaremos, para fácil compreensão, o termo “negro” para designar o escravo, já que as fontes trabalhadas nesta pesquisa utilizam o termo “negro” para designar a mão de obra africana.

⁵ O negro, além do trabalho no campo e na produção de açúcar, também era responsável por trabalhos artesanais, sineiros, móveis, santeiros e oratórios, tendo sido o altar-mor e as pias batismais da igreja de São José do Poxim talhados por escravizados da região em pleno século XVIII. A esse respeito, ver Santos (2019, p. 28).

mercadorias também singravam desde a Capitania da Bahia, seguindo para o rio São Francisco em Penedo, e eram distribuídas nas demais localidades através de rios menores, como é o caso dos rios Poxim, Coruripe, Jequiá e São Miguel, e o contrário se fazia.

Com o crescimento populacional, devido à chegada de mais escravos para o trabalho nas lavouras da cana, a Villa Real de São José do Poxim passa a ter 1.682 pessoas no ano de 1774⁶, segundo o relatório do governador da capitania de Pernambuco, José César de Menezes (1774 a 1787). Já no ano seguinte, José César de Menezes⁷ descreve o número de habitantes na vila e mostra que ocorreu um *boom* populacional: havia 294 crianças de 7 anos completos, 248 homens de 45 anos, 496 homens de idade de 60 anos e velhos acima de 60, e dois velhos com 90 anos, totalizando 1.040 do sexo masculino; 284 crianças de até 7 anos, 202 raparigas de até 14 anos, 545 de mulheres até 50 anos, 113 velhas acima de 50 anos, e 7 velhas acima de 90 anos, totalizando 1.234 do sexo feminino. Na soma de ambos os sexos, temos em torno de 2.274 almas do valor habitacional.

Segundo Manuel Correia Andrade, vivia, em 1774, uma população de 2.572 almas que estava sob o labor dos engenhos Jenipapo e Porção (ANDRADE, 1959, p. 50). Esse dado diverge do relatório do governador da Capitania de Pernambuco, José César de Menezes (1774 a 1787)⁸, com relação aos números de pessoas⁹ que lá viviam, isso apresentado no mesmo ano de 1774. Esse relatório dizia que havia “quatro centos setenta e dois fogos¹⁰: e mil seiscentas e oitenta e duas pessoas”¹¹.

Setenta e nove anos depois do censo de José César de Menezes, na segunda metade do século XIX, o mapa populacional de 1853 (quadro 1) indica que a população da Villa Real de São José do Poxim continuava crescendo, mesmo levando em consideração as leis de proibição

⁶ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9193.

⁸ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923). p. 60.

⁹ Na verdade, esse crescimento populacional do século XVIII foi uma continuidade do século anterior e o fluxo aumentou com a descoberta das minas de ouro. Não podemos deixar de destacar que, na metade do século XVIII, esse crescimento populacional era expressivo por conta das imigrações das pessoas do reino e, também, devido à exportação da mão de obra escrava africana, ou seja, o ouro reforça a “vocação Atlântica” daqueles que se aventuravam em busca de riquezas. Ver Mathias (2012, p. 106).

¹⁰ Segundo Helena Câmara Brandão e Angela Maria Moreira Martins, a casa, em região de baixa temperatura, sempre teve liga o com o fogo, pois ambos possuíam a mesma atribui o: a de reunir as pessoas, a família. Era o fogo que reunia a família nos primórdios da humanidade, quando o abrigo era a caverna, a casa “lugar privilegiado, em que se reunia em volta de um fogo que permite se aquecer e se preparar as refei es”. As residências lusit nicas, com clima mais frio, giravam em torno do fogão, palavra esta que, assim como o termo “fogo”, era empregada para exprimir “casa” em Portugal e, conseqüentemente, foi absorvida em terras brasílicas. Então, essa organiza o típica de clima frio não   adequada para as terras tropicais, que mal necessitam de aquecimento. Ver Brandão e Martins (2007).

¹¹ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923). p. 60.

do comércio negreiro, de 1831; a lei da taxaço do valor de arrecadaço do escravo, de 1835; e a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850 – leis que passaram a dificultar e a proibir o comércio negreiro e o contrabando no império brasileiro.

Tendo em vista que não podemos desconsiderar que nesse período havia um comércio negreiro interprovincial em todo o império após 1831, notamos a ligação comercial entre as províncias de Bahia, Sergipe e Alagoas, explicando de onde estava vindo esse crescimento populacional.

Então, em 7 de janeiro de 1853, registramos este mapa populacional da Villa Real de São José Poxim sendo destinado ao chefe de polícia de Maceió, Francisco Xavier Paes Barretto¹². O mapa contém o número de homens e mulheres livres, escravos e estrangeiros, e registra a condição social de cada homem ou mulher na vila do Poxim, obtendo assim a soma de 6.552 pessoas. Então, através do mapa, temos uma noção do número de escravos no Poxim – tanto homens quanto mulheres – e é visível que o número de homens escravos era bem maior. Vejamos o quadro abaixo.

QUADRO 1 - MAPA POPULACIONAL DE 1853

| MAPPA DA POPULAÇÃO DO TERMO DA VILLA DE SÃO JOSE DO POXIM | | | | | | | | | | |
|---|--------|----------|----------|----------|--------------------|----------|-----------------|--------------------|------------------------------|--------------------|
| Villa do Poxim | Livres | | Escravos | | Estrangeiros (sic) | | Total de Livres | Total dos Escravos | Total dos Estrangeiros (sic) | Total da população |
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | | | | |
| Freguezia do mesmo nome | 2452 | 2775 | 722 | 598 | 5 | „ | 5227 | 1320 | 5 | ----- |
| | „ | „ | „ | „ | „ | „ | „ | „ | „ | „ |

¹² **CAIXA 1038 - DOCUMENTO:** Estado de alagoas – Tesouraria da Fazenda **Assunto:** Mapa populacional do Poxim **ano:** 1853. **APA.**

| | | | | | | | | | | |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| Soma | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | ----- | 6552 |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|

FONTE: CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de Alagoas – Tesouraria da Fazenda

assunto: Mapa populacional do Poxim **ano:** 1853. **APA.**

Porém, dezenove anos depois, quando ocorreu o Grande Censo de 1872, nós não conseguimos com exatidão o mapa populacional da Villa Real de São José do Poxim por uma questão muito simples: em 23 de julho de 1866, com a Lei nº 484, Coruripe passa a ser vila, sendo desmembrada da vila do Poxim, pois as condições econômicas de Coruripe superaram às da Villa de São José do Poxim; depois, em 1882, Coruripe passa a ser comarca. Então, a Villa de São José do Poxim ficou subordinada à comarca de Coruripe e todo o processo administrativo passou a ser regido pela nova comarca. Por consequência, quando o censo foi realizado, não houve a separação entre a Coruripe e a Villa Real de São José do Poxim. Com isso, obtemos os dados¹³ populacionais indicados no quadro 2 e temos, no valor final, em torno de 7.290 almas.

QUADRO 2 – O CENSO DE CORURIPE DE 1872

| CONDIÇÕES | SEXOS | RAÇA | | | |
|-----------------|----------|--------------|--------------|-----------|---------------|
| LIVRES | HOMENS | BRANCOS | PRETOS | CABOCLOS | PARDOS |
| | | 1643 | 346 | 34 | 1992 |
| | MULHERES | 1550 | 364 | 38 | 1989 |
| ESCRAVOS | HOMENS | | 451 | | 188 |
| | MULHERES | | 396 | | 191 |
| TOTAL | | 3.193 | 1.557 | 72 | 2.468 |

FONTE: O GRANDE CENSO DE 1872.

¹³ O censo de 1872 não teve a preocupação de separar os números populacionais entre as duas vilas.

Atualmente, o Poxim pertence à cidade de Coruripe, cuja população gira em torno de 56.933 habitantes, segundo o último censo¹⁴, incluindo os moradores das terras¹⁵ de São José do Poxim. Não conseguimos extrair o número de habitantes que vivem apenas no Poxim de acordo com o último censo, mas identificamos que boa parte da população possui características étnicas negras (pretos e pardos), retratando um passado colonial.

O primeiro relato sobre a presença do escravo negro na Villa Real de São José do Poxim foi no final do século XVI e início do século XVII, quando ainda era uma sesmaria de João da Rocha Vicente, nos idos de 1600. Anos mais tarde, essa sesmaria foi doada para Antônio Moura Castro, seu território foi redefinido e estava situado entre o porto do rio São Miguel e o rio Coruripe. Por outro lado, Diégues Júnior afirma que a presença do negro ao sul da Capitania de Pernambuco já se verificava nas expedições de Jerônimo de Albuquerque e Cristóvão Lins (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 83).

Salientamos aqui que não temos registros físicos de uma senzala na Villa Real de São José do Poxim, para acomodar essa mão de obra escrava que chegava dos portos africanos, seja qual for o período histórico, mas temos registros de uma casa de escravos e vaqueiros portugueses em 1600, no final do século XVI, como fala o geógrafo Ivan Fernandes Lima (LIMA, 1992, p.129). Então, conseqüentemente, não havia moradias para os negros chamarem de “sua” ou uma senzala na vizinhança dos seus senhores, estes que “dos alpendres de suas casas viam passar os carros de boi chiando nas estradas e levando a cana plantada para a moenda (...)” (TENÓRIO; DANTAS, 2009, p.52) no Poxim do século XVIII.

Então, negros e homens livres (pobres) passaram a construir em lugares mais afastados da Igreja de São José do Poxim – o centro de tudo na época – casas mais rústicas, que popularmente conhecemos como casas de taipa. A construção dessas casas se tornou um costume comum (tradição) para todos aqueles que não podiam ter uma casa mais próxima do centro e as casas de taipa se tornaram sinônimo de habitação de negros e de pessoas simples, sem recursos financeiros. Em outras palavras, para quem não tinha “eira” nem “beira”.

Apesar de associarmos a taipa¹⁶ a uma construção simples e de pessoas simples, a casa de taipa foi, no início do processo de colonização, moradia dos senhores. No caso aqui

¹⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/coruripe/panorama>.

¹⁵ Antônio Moura Castro doa para São José, padroeiro do Poxim, as terras em que hoje é o povoado, sendo que toda a parte da administração, como cobrança de impostos, concessões e outros ficou a cargo da Igreja Católica. Ver Lemos (1999, p. 180).

¹⁶ Há dois tipos de taipa: a taipa de mão e a taipa de pilão. A primeira é um método construtivo antigo que consiste no entrelaçamento de madeiras que formam vãos. Essas aberturas, posteriormente, são preenchidas com barro. A segunda, por sua vez, é um método construtivo que consiste em comprimir a

pesquisado, a Villa Real de São José do Poxim, as casas desses senhores ficavam próximas à igreja de São José, que era o centro; já os negros, pardos, mulatos e pobres construíam suas moradias afastadas desse centro. Então, o que as diferenciava, se todos naquele espaço colonial usavam a mesma técnica?

No decorrer do tempo, os senhores passaram a utilizar uma estrutura mais resistente e mais durável, que passou a ser chamado de “taipa de pilão”. Além dessa inovação, foram incluídos novos elementos nas novas construções, como a cal, a eira e beira e, em alguns casos, a tinta, transformando essas moradias em casarões senhoriais. Esses elementos negros, pardos, mulatos e pobres não podiam pagar. Daí então, a taipa de pilão passou a simbolizar a “elite da terra”¹⁷ (GOUVÊA, 2010, p. 164), enquanto negros, pardos, mulatos e pobres passaram a usar a “taipa de mão”. Isso se torna um símbolo de distinção social sobre ambas as classes sociais, como podemos ver na figura 1.

FIGURA 1 – CASA SENHORIAL DO POXIM NO PERÍODO IMPÉRIAL



FONTE: BARBOSA, ROBSON WILLIAMS. JULHO, 2006.

Mas foi justamente no século XIX, lá pelos idos de 1850, no Brasil, com o advento da alvenaria¹⁸ (CARVALHEIRO, 2018, p. 2), que essa distinção social ficou mais larga, principalmente com o uso dos tijolos cozidos e, posteriormente, com o uso do cimento. A partir

terra em formas de madeira, chamadas taipais, e dispor o barro compactado em camadas de 15 centímetros de altura.

¹⁷ Segundo Maria de Fátima Gouvêa, essa elite da terra ou nobreza da terra (nobreza não titulada) era composta pelos filhos das elites reinóis e coloniais que juntas definiam estratégias para conquistar o espaço colonial em vários âmbitos desde o administrativo ao econômico. Ver Gouvêa (2010, p.164).

¹⁸ Alvenaria é justamente um tipo de estrutura que utiliza pedras, tijolos ou blocos unidos por argamassa.

daí, as construções senhoriais passaram a ter vãos maiores e mais resistente a ação do tempo e da natureza. Então, é aqui que fica clara a divisão das moradias entre os mais abastados e os desafortunados, ou, em outras palavras, entre brancos e pretos, ricos e pobres.

FIGURA 2 – AS HABITAÇÕES DOS MAIS POBRES: RÚSTICAS, PRECÁRIAS, CONTÍGUAS



FONTE: FLAVIUS, GRANDE, SÉCULO XVIII.

Essa tradição das construções das casas de taipa na Villa Real de São José do Poxim nos permite enxergar as distâncias que havia entre as classes sociais em torno daquele espaço colonial, que existe até hoje, revelando a distância entre as classes sociais e as diferenças que foram denunciadas através do costume corriqueiro de levantar essas construções. Ao mesmo tempo, mostra-nos que o negro que construía economicamente aquele espaço colonial não tinha recursos financeiros e privilégios para erguer sua moradia no centro¹⁹, nem para registrá-la em documento de cartório ou iconografias²⁰ com os senhores de engenhos, que formaram grupos centrais para administrar e organizar a sociedade em que eles viviam. Como consequência, tal situação leva o negro para “a marginalização provocada pela organização social que se vive” (ALMEIDA, 2016, p. 33), já que o poder político estava nas mãos dos brancos, na figura dos senhores de engenho, que eram identificados na colônia como o grupo que se auto identificava como a nobreza²¹.

¹⁹ Ver Russell-Wood (1988).

²⁰ Documentação visual que constitui ou completa obra de referência e/ou de caráter biográfico, histórico, geográfico etc.

²¹ Para a historiadora Maria Beatriz Nizza Silva (2005), a nobreza colonial era quem desfrutava de todas as mercês e privilégios ofertado do El’Rei e, por consequência, não só fazia aquilo que o rei mandava, como também o que cabia em seus interesses particulares. Silva destaca que a história da nobreza colonial é mais complicada do que se pensa, já que a nobreza da terra passa a fazer serviços prestados

O fato de não haver registro anteriormente em fontes documentais escritas ou iconográfica das moradias dos negros se explica justamente por serem pessoas pobres e cativas, já que negros e pobres não dominavam a escrita e não teriam recursos financeiros para registrar em documentos ou pinturas essas moradias (BURKE, 1991, p. 9). Isso define bem os indivíduos das classes sociais mais altas, pois eles registram, documentam e guardam em boa parte os fatos históricos ocorridos através de suas ações no ambiente em que vivem e dominam (BURKE, 1991, p.9), como podemos notar na iconografia a seguir, do pintor neerlandês Frans Post.

FIGURA 3 – CASA-GRANDE COM TORRE, 1668



FONTE: CORRÊA DO LAGO, 2006, p. 281.

A técnica da taipa nasceu no norte da África e foi para o Velho Mundo através da expansão do Império Romano, chegando à península Ibérica e, conseqüentemente, ao Brasil. Segundo Mary Del Priore, “a técnica permitia a construção de paredes de terra socada de 60 a 80 centímetros de espessura, protegidas da chuva por longos beirais e fendidas por pequenas aberturas” (PRIORE, 2016, p. 202). Mais adiante, ela afirma que, em regiões em que se estabelecia a zona açucareira, a taipa era responsável por levantar os primeiros fogos na área de engenho. E, ao citar outra localidade do Brasil que fez do barro seu elemento arquitetônico, ela fala da cidade de São Paulo de 1808, sob o olhar do viajante inglês Jonh Mawe, que passou a

para o rei, ou seja, os vassallos fazem os serviços em troca das mercês concedidas pelos monarcas. Conforme a autora, “Não se trata de uma nobreza de sangue, hereditária, mas de uma nobreza individual e vitalícia, quando muito transmitida aos membros da família mais próxima” (SILVA, 2005. p. 9).

chamá-la de “cidade do barro” (PRIORE, 2016, p. 206), só que do barro branco, que era uma espécie de argila branca.

Desde o período colonial, as moradias não eram apenas um lugar para se viver – tanto no meio rural como urbano –, mas também para se produzir (FARIA, 2005, p. 57) ou para se aprender um ofício, com podemos observar na figura 3. Como afirma Sheila de Castro Faria, apenas no início do século XX, em muitas localidades no Brasil, houve essa separação e apareceram “as paredes de tijolos, os banheiros internos, as portas e os corredores a dividir os ambientes íntimos e sociais” (FARIA, 2005, p.60). Podemos identificar esse lugar para viver e desenvolver um ofício com a iconografia neerlandesa no século XVII, de Frans Post, cuja imagem mostra os fogos ao redor da moenda do engenho e da casa de farinha.

FIGURA 4 – ENGENHO, 1651.



FONTE: CORRÊA DO LAGO, 2006, p. 128.

Um outro exemplo que podemos tomar com relação às moradias que não eram apenas um lugar para se viver, mas também para se produzir, é o Engenho Noruega²² ou Engenho dos Bois, em Pernambuco, obra pintada por Cícero Dias que, além de mostrar uma mansão²³ de dois andares, mostra várias divisões (cômodos), como quartos e salas. Considerando que em uma casa de taipa há no máximo 2 ou 3 divisões, é bem diferente da mansão do engenho

²² A pintura de Cícero Dias, de 1933, que, segundo Sheila Faria, representa um complexo que existia desde os tempos coloniais e unia a habitação senhorial à dos escravos, retrata a senzala (e não as casas de taipa), a capela, o engenho, as plantações, o espaço de produzir e espaço de lazer. Essa pintura compõe a capa do livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Ver Faria (2005, p. 56-60).

²³ Segundo Ronaldo Vainfas (1997, p. 225), foi a partir do século XVII que surgiram os primeiros modelos das mansões senhoriais, através dos modelos de casas senhoriais da Bahia. Antes disso, era comum que as casas de taipa fossem construídas com telhado de sapé.

Noruega, onde, à frente, podemos observar a casa de purgar e o engenho como os lugares para se produzir.

FIGURA 5 – ENGENHO NORUEGA, PERNAMBUCO



FONTE: FARIA, 2005, p. 56.

Para a professora Maria Angélica, a taipa é a arquitetura vernácula da nossa terra e surgiu no Brasil ainda no século XVI, através daquilo que a terra oferece, como barro, água, palha grossa e fina de coqueiro. No caso da Villa Real de São José do Poxim, acrescenta-se a palha do ouricuri (*Syagrus coronata*)²⁴, encontrada nas matas do Poxim. A técnica da taipa consiste na

produção de um arcabouço de madeira preenchido com terra. Foi implantada durante o período de colonização do Brasil, pelos portugueses, possivelmente trazida da África, e ainda é utilizada no Nordeste do Brasil. Nos pequenos povoados, nas áreas rurais e mesmo na periferia de grandes cidades. (SILVA, 2014, p. 3)

Segundo a narrativa oral de alguns moradores mais antigos, como D. Maria José, de 86 anos, e D. Letícia, de 85 anos, a Igreja de São José foi construída sobre uma antiga capelinha

²⁴ Palmeira típica da região que, depois de extraída, é posta para secar e é organizada em moios para a fabricação de vassouras.

no ano de 1632, quando uma pequena imagem de São José foi encontrada em um pé de ouricuri (*Syagrus coronata*) por uma criança de uma família portuguesa que morava na região e, todas as vezes que se guardava a imagem, no dia seguinte ela desaparecia e aparecia no mesmo local do pé de ouricuri.

No Poxim de tempo atrás, nas décadas de 90 e nos anos 2000 do século XX, uma boa parte dos homens pescava para o sustento das famílias, enquanto a outra parte trabalhava nas usinas de açúcar. Já as mulheres, que durante essas décadas tinham a função de complementar o sustento econômico de suas famílias, trabalhavam com a palhas de ouricuri, como nos mostram as figuras 6 e 7. É o caso de D. Maria José Jacinto²⁵, que desde garota trabalha na extração da palha para atividade de fabricação de vassouras, chapéus e cestarias.

Hoje, D. Maria José Jacinto, que ainda trabalha com a palha do ouricuri para a fabricação de vassouras, chapéus, cestarias e outros, vende cada unidade da vassoura a R\$ 2,50 e do chapéu a R\$ 25,00, enquanto a cestaria varia entre R\$ 5,00 e R\$ 30,00. Essa atividade também remonta ao período colonial, já que “a cestaria acabou se tornando atividade de lazer de caboclos e escravos” (ALGRANTI, 1997, p.150).

FIGURA 6 – OURICURI E AS VASSOURAS DE OURICURI, POXIM 2006



FONTE: BARBOSA, ROBSON WILLIAMS. JULHO, 2006.

D. Maria José Jacinto é a única que ainda trabalha com a palha, já que não é mais fácil extrair o ouricuri, em razão de ele crescer em terras alheias e de não haver permissão para extraí-lo – quando há permissão, paga-se por ele –, o que fez os produtos artesanais derivados da palha inflacionarem. Isso não acontecia 15 anos antes, como se pode notar na imagem acima, que

²⁵ D. Maria José Jacinto nos concedeu uma entrevista informal sobre as casas de taipa em 4 de julho de 2021.

mostra a rua repleta da palha para secar e, em seguida, iniciar a confecção de vassouras, chapéus e cestarias.

FIGURA 7 – ARTESANATO COM A PALHA NO POXIM ATUAL



FONTE: BARBOSA, ROBSON WILLIAMS. JULHO, 2021.

Vale salientar que, assim como nas outras áreas do norte²⁶ do Brasil ficou muito difícil de separar ou diferenciar a zona açucareira (rural) e a zona urbana no período colonial, no Poxim não foi diferente, sendo muito confuso distingui-las, já que ambas possuíam elementos de muita semelhança para todos que transitavam tanto no meio rural quanto no meio urbano. Então, ao longo dos três séculos de colonização, os pequenos povoados, curatos, vilas e cidades passaram a ter um “aspecto das moradas apresentava-se bastante simples e pobre, uma vez que eram povoadas por pessoas de poucos recursos financeiros” (ALGRANTI, 1997, p. 90).

Para o historiador Robson Pedrosa Costa, os limites da cidade eram bastante imprecisos tanto no período colonial quanto no império, “ao passo em que a população transitava e habitava os espaços com bastante irregularidade, impossibilitando arbitrariedades em sua determinação” (COSTA, 2007, p. 60). Isso só vem mudar, ficando nítida a diferença na Villa Real de São José do Poxim, em meados do século XIX, quando as casas de taipa passaram a ser construídas cada vez mais longe do centro administrativo da vila, mantendo negros e pobres longe do poder local (centro), vivendo às margens daquela sociedade.

A tradição das casas de taipa não passou despercebida por Diégues Júnior em *População e açúcar no nordeste do Brasil*, livro em que ele discorre sobre os tipos de casas onde os negros

²⁶ No ano de 1621, os Estados da América portuguesa foram divididos em dois: Grão-Pará e Brasil. Nesse período, não havia essa denominação para região do nordeste, que era conhecida como região norte.

e trabalhadores livres viviam em Alagoas no período colonial e, ao mesmo tempo, faz referência às grandes casas. Segundo o autor,

os tipos de casa de trabalhador são geralmente de taipa na mão, de adobe, de pau a pique ou de palha. Mesmo casas grandes, se encontramos algumas sólidas, de feição agradável, não raro se encontram também as de taipas. O meio natural condicionou essas construções, facilitando, com o barro, a taipa, as ripas, as palhas, a utilização de elementos ambientais para a respectiva construção (DIEGUES JÚNIOR, 2012, p. 166).

Para as historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling, foi o engenho que passou a definir as novas instalações nas áreas açucareiras em que “com o tempo, o termo passou a abranger toda a propriedade açucareira, com suas terras, edificações e lavouras” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 67). Uma dessas edificações que ambas destacam é justamente a casa de taipa, que, no início da instalação da zona açucareira no século XVII, para o senhor de engenho do litoral, era ícone de poder político, acúmulo de poder econômico e social. Segundo as autoras,

até o século XVII, essas habitações, geralmente feitas de taipa e com telhado de sapé, pareciam inclusive desprezíveis. Apesar disso, os senhores, especialmente os proprietários de engenhos localizados no litoral, procuraram fazer delas ícones de sua projeção e do acúmulo de poder econômico, social e político que ganharam na colônia, a ponto de serem definidos por Antonil como aqueles que detinham o “título” a que todos aspiravam. Segundo ele, o senhor era “servido, obedecido e respeitado de muitos”. Formavam porém uma espécie de aristocracia da riqueza e do poder, não uma nobreza hereditária de tipo europeu (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 67-68)

Na Villa Real de São José do Poxim não foi diferente, o início das plantações de cana-de-açúcar e a chegada dos negros e toda a estrutura açucareira como o engenho, a casa-grande, capelas, igrejas e as casas de taipa para negros, comerciantes locais, trabalhadores livres e pobres giravam em torno dos engenhos Jenipapo e Porção, dando início ao núcleo de povoamento com as atividades econômicas e, por consequência, às novas relações socioculturais. Segundo José Ferreira Azevedo, “De fato, a teia de nossas relações sociais, políticas, culturais e econômicas foi tecida a partir do núcleo central do engenho de açúcar. Embora esta tenha sido uma característica de grande parte do Nordeste, parece que em Alagoas foi mais forte e dominante” (AZEVEDO, 2002, p. 19).

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre descreve que, no início do processo de colonização, no século XVI, a casa de taipa coberta com palha era a casa-grande do colonizador (FREYRE, 2017, p.34) e não estava associada à pobreza nem ao negro. Essa ideia da taipa associada à

pobreza e ao negro, aqui em Alagoas, surgiu a partir do século XVIII, em decorrência do empoderamento financeiro da aristocracia açucareira com o reaquecimento da economia açucareira, por meio do “aumento dos preços e da demanda, a produção de açúcar recomeça sua expansão. O número de engenhos saltou de 71, em 1776, para 180, em 1802” (CARVALHO, 2015, p. 116). Assim, com mais recursos financeiros, a aristocracia do açúcar passou a erguer moradias pomposas.

Podemos ter certeza dessa ideia, que vigorou no século XVIII, passando por todos esses anos e chegando à pessoa de D. Maria José Jacinto e a quase todo o povoado do Poxim, e que traz na tez e nas condições sociais o que Freyre (2017, p. 78) afirma. Para corroborar tal ideia, temos a prova nas figuras 8, 9, 10 e 11. A casa de taipa, que antes era habitação e moradia para ambas as classes sociais, agora simboliza classes sociais mais simples e representa a cor mais sacrificada nas terras de São José do Poxim: o negro.

FIGURA 8 – CASA DE TAIPA NO POXIM EM 1980



FONTE: ACERVO PARTICULAR, NOVEMBRO, 1980.²⁷

Para Freyre, a área açucareira ou zona agrária mostra a taipa associada à pobreza através das pessoas que viviam sobre as ordens do senhor de engenho (*pater-familias*²⁸ *omnipotente*),

²⁷ O acervo fotográfico pertence a José Ademar Eugênio dos Santos, morador que, por muitos anos, foi responsável pelo trabalho missionário no Poxim.

²⁸ Uma das características mais marcantes do período colonial brasileiro foi a família patriarcal. Essa denominação remete à antiguidade, quando a sociedade se organizava em grandes clãs, ou famílias, dirigidas pelo patriarca, que geralmente estavam centradas na figura do homem mais velho do clã e tinha o poder inquestionável. O patriarca do período colonial brasileiro era o dono e senhor de todas as pessoas

já que “o senhor de engenho é a grande figura da paisagem humana em Alagoas” (DIEGUES JR., 2006, p. 196). Então, para Freyre a área do engenho desenvolveu uma

sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e branços dominados patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palhas vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão (FREYRE, 2017, p. 33).

A organização dessa sociedade semifeudal que Freyre aponta mostra a distinção entre aquelas pessoas que estavam ali, compulsoriamente, para servir, e as pessoas que eram servidas, ou seja, era “um lastro feudal que penetra na organização do futuro” (ALMEIDA, 2016, p. 40) do Brasil e, ao mesmo tempo, a construção da pobreza. Em outras palavras, de lá para cá a pobreza perpetuou-se em toda a sociedade colonial entre a riqueza e a opulência de outras classes sociais, sem distinção entre a economia açucareira, mineradora e outros segmentos econômicos estabelecidos na colônia, marcando o quadro das desigualdades sociais.

FIGURA 9 – CASA DE TAIPA NO POXIM ATUAL²⁹



FONTE: BARBOSA, ROBSON WILLIAMS. JULHO, 2021.

Mas é através da produção iconográfica seiscentista do século XVII, no período da dominação neerlandesa, que podemos perceber a diferença, até os dias atuais, entre aqueles

que viviam sob seu teto e suas terras, dispunha da vida de todos da mesma forma que de seus bens materiais. A esse respeito, ver Diegues Júnior (2006, p. 196).

²⁹ Notamos nessa imagem da casa de taipa atual a presença de telas colônias, em que altera a imagem da cobertura da casa de taipa que era feita de palha. Sendo que no período colonial e no império a presença das telas, também, se mostra um elemento de distinção entre as moradias dos mais abastados para os desafortunados.

(negros, pretos e pardos) que viviam em casas de taipas de mão e os (brancos) que viviam em casas de taipa de pilão e, posteriormente, de alvenaria, como destaca Azevedo ao tratar do contrato do dízimo do açúcar:

Mesmo admitindo uma produção planejadamente reduzida, vale a pena considerar o fato, pois quando se trata da economia açucareira fica esquecida essa variedade de condições de engenho para engenho; que, ao lado de casas-grandes como a de Megaípe, por exemplo, quase uma fortaleza de alvenaria, ou do Engenho Noruega, um ‘Escurial rústico’, havia outras construídas de taipa, não de pilão, mas de ‘sopapo’ como nos revela uma tela de Frans Post (AZEVEDO, 2002, p. 45).

Segundo Catarina Agudo Menezes, a arquitetura é um bom exemplo de como o legado histórico-cultural é repassado ao longo do tempo e uma obra arquitetônica pode comunicar algo referente à sociedade colonial da época de diferentes maneiras ou modelos, seja pelo aspecto espacial, seja pela forma como elas eram feitas (MENEZES, 2017, p. 3). Barlaeus nos faz uma descrição sobre esses modelos da “arquitetura da terra”: “quando vão construir uma casa, levantam primeiro os esteios e escoras, estendem sobre eles um ripado sobre o qual armam o telhado, coberto de telhas ou de folhas de coqueiros” (BARLAEUS, 1980, p. 72-73). Podemos observar essa descrição na imagem abaixo.

FIGURA 10 – CASA DE TAIPA DO POXIM



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2021.

A iconografia seiscentista de Frans Post não mostra a senzala, e sim a área açucareira. Embora os escravos sejam frequentemente representados em suas iconografias, geralmente

desempenhando alguma atividade relacionada à produção do açúcar³⁰ ou aos afazeres domésticos, o espaço de moradia deles não aparece nas imagens, ou pelo menos não são claramente identificáveis. Então, com isso, acreditamos que, no caso do Poxim, algumas casas de taipa eram casas desses escravos que constituíam famílias.

Segundo a tradição atual do povoado, nas palavras de D. Maria José e D. Letícia, essas casas de taipa eram erguidas ao passo de músicas, cantos e bebidas, e o beneficiário ou proprietário da casa pagava os trabalhadores com aguardente e bebida. Esse pagamento não era necessariamente com dinheiro em espécie. Era uma festa e, como diz a historiadora Mary Del Priore, “a festa se faz no interior de um território lúdico onde se exprimem igualmente as frustrações, revanches e reivindicações” (PRIORE, 2000, p. 9).

Os moradores mais velhos do Poxim falam que teto que já foi de palha como nas casas de taipa não foi só abrigo, foi também uma boa parte da história de vida de cada um deles. Esse modo de habitação diz muito dos costumes e tradições do povoado e “quem tinha uma casa de taipa tinha tudo”, segundo eles. Para a narrativa oral, o Poxim por si só era um local todo de casas de taipa, em que os moradores iam para as matas tirar as palhas trazidas em canoas que singravam sobre o rio Poxim e varavam dia e noite construindo a casa ao som do pagode.

FIGURA 11 – CASAS DE TAIPA DO POXIM



FONTE: ACERVO PARTICULAR, NOVEMBRO, 1980.

³⁰ Apesar de as telas de Post não retratarem as atividades específicas dos engenhos alagoanos, podemos observar as descrições das vilas de Alagoas com o domínio do ciclo econômico da cana-de-açúcar.

Segundo a professora Maria Angélica, o momento da construção da casa de taipa era chamado de “tapação” pelos moradores. Era uma tradição que vinha de muito tempo, em que as mulheres traziam a água do rio em potes e os homens iniciavam mexendo no barro com uma enxada. Depois da água misturada no barreiro, eles se abraçavam e, cantando e dançando, pisavam o barro que, quando mole, era colocado nas costas de um homem e levado até a pessoa que tapava a casa.

D. Maria José Jacinto e D. Maria Letícia participaram juntas de inúmeros momentos de “tapação”, inclusive da casa do pai de uma delas. Essas suas lembranças de infância nos mostram que essa forma de construção das casas de taipa vem desde os avós e pais de ambas. D. Maria Letícia guarda firme na lembrança, com muito saudosismo, um dos versos que cantava na hora de pisar o barro, que dizia assim; *“Oh! Liar, Oh! Liar. Você diz que é meu amor. Mas meu amor você não é. Meu amor anda de branco e você anda como quer”*³¹. Podemos afirmar que essa tradição das construções das casas de taipa no Poxim vem desde a fundação do povoado através dos negros e das pessoas simples. Essa “tapação” era

realizado em mutirão, contendo aspectos festivos e lúdicos, atreladas a cantigas e rituais, evidentes quando homens, mulheres e crianças misturam-se durante o trabalho coletivo de construção da morada. Enquanto o envarado das paredes é preenchido com barro, o beneficiário oferece bebida e comida aos parentes e amigos que cooperam nesta tarefa. Além de baratear os gastos, o tapamento desempenha importante papel na definição de laços de solidariedade entre as pessoas que cooperam nesta prática (SILVA, 2014, p. 6).

Assim era a tradição do tapamento das casas de taipa com barro e água, e essa mesma técnica era usada para o forno das casas de farinha de mandioca do local, como mostra Frans Post (1612-1680) na tela *Engenho de Farinha*, de 1671, no período da ocupação neerlandesa. As casas de farinha também foram registradas pelo pintor neerlandês em suas iconografias, no período da Pax Nassoviano (1637–1644). Através da iconografia, observamos o formato e o material de que é feita a casa de farinha: além de arredondada, é feita de barro por meio da técnica da taipa, a mesma com a qual se construíam as habitações dos negros no Poxim e à qual se assemelha até os dias atuais. Vejamos as imagens abaixo:

³¹ D. Maria Letícia dos Santos nos concedeu uma entrevista sobre os cantos das casas de taipa em 4 de julho de 2021.

FIGURA 12 - DETALHE DO FORNO DO ENGENHO DE FARINHA – FRANS POST DE 1651.



FONTE: CORRÊA DO LAGO, 2006, p.128.

Observamos a semelhança entre o forno para a produção de farinha de mandioca na iconografia do pintor flamengo e o fabrico de farinha no Poxim do século XX, dando amostras de traços coloniais desde século o XVII. Notamos que não houve mudança no formato do forno à lenha, que se mantém circular e feito de barro (argila), mas certamente o produto não era mais feito apenas para a subsistência (o que não eliminou a subsistência), e sim produzido em escala comercial (RODRIGUES, 2017, p.78).

FIGURA 13 - DETALHE DO ENGENHO DE FARINHA NO POXIM ATUAL E DA TELA DE POST



FONTE: ROBSON WILLIAMS BARBOSA, SETEMBRO, 2006.

O forno no fabrico da farinha no século XVII mostra que o passado é uma ficção do presente (CERTEAU, 2006, p.12), e esse passado está no modo de fazer a farinha no Poxim do século XX. Antonil já havia destacado essa forma de construção de forno em seu livro *Cultura e Opulência* ao falar das casas de purgar. O autor afirma que

trabalham na casa de purgar quatro escravas, e são as que entaipam e botam barro nas formas do açúcar e lhe dão suas lavagens. No balcão de mascavar assistem duas negras³² das mais experimentadas, que chamam mães do balcão, e com outras o mascavam e apartam o inferior do melhor uns negros, que trazem e aventam as formas e tiram delas os pães de açúcar, e o amassador do barro de purgar, que é também outro negro. No balcão de secar trabalham as mesmas duas mães, com as suas companheiras, que são até dez, estendendo os toldos e quebrando com toletes as lascas e os torrões grandes em outros menores, atrás dos quebradores dos pães. E, na caixaria, ajudam ao caixeiro no peso e encaixamento do açúcar as negras e negros que são necessários, como também no pilar, igualar, pregar e marcar. Os instrumentos de que se usa na casa de purgar são furadores de ferro, para furar os pães em direitura do buraco das formas, cavadores também de ferro, para cavar o pão no meio da primeira cara, antes de lhe botar o primeiro e segundo barro, e macetes, para o entaipar (ANTONIL, 1982, p. 55-56).

Em uma outra descrição das casas de taipa como habitação de negro, temos o historiador Robert W. Slenes, que faz uma leitura da iconografia Habitação de Negros (figura 14), do pintor bávaro Rugendas³³. Robert W. Slenes mostra, através da imagem, o trabalho na zona açucareira pelos escravos e, ao mesmo tempo, mostra o olhar que Rugendas tinha sobre os escravos negros no século XIX, em que o negro era muito competente nas suas atividades diárias e de uma grande capacidade de integração social (SLENES, 1996, p. 7) e isso era possível de se ver em dias de folga do escravo, pois era percebido o que eles faziam na folga ou, em outras palavras, em dias que eles podiam gozar da “liberdade”.

³² Notamos, tanto na descrição de Antonil quanto na iconografia de Post, o trabalho da escrava negra.

³³ Nascido em Augsburg, na Alemanha atual, Johann Moritz Rugendas (1802-1858) chegou ao Brasil em março de 1822, integrando a expedição do naturalista e diplomata russo-alemão Georg Heinrich von Langsdorff, que percorreria o interior do Brasil. Foi contratado para documentar, em desenhos e pinturas, a fauna, flora, paisagens e costumes do povo brasileiro.

FIGURA 14 – HABITAÇÃO DE NEGROS

FONTE: FARIA, 2005, p. 57

Essa imagem apresenta a casa de taipa como uma habitação de negro e mostra que nem todas as fazendas possuíam senzalas, como já falamos sobre a Villa Real de São José do Poxim. Por outro lado, as moradias não eram fora dos olhares do senhor e isso podemos notar no canto superior esquerdo da pintura, com a sinhá observando da sacada da casa-grande o que os negros estavam fazendo. Com isso, acreditamos que, em dias de folga, os negros no Poxim faziam a mesma forma de integração social através da construção das casas de taipas com batuques e bebidas – como mostram os versos de D. Maria Letícia e a iconografia de Rugendas – como forma de aliviar o cativoiro³⁴.

Por outro lado, notamos que essa integração social, além de criar uma falsa ideia de liberdade, cria também uma imagem de inclusão social que os negros tinham dentro do espaço colonial em que eles viviam, mas na verdade esse foi “o caminho de uma determinada inclusão (...) sob o controle e vigilância permanentes construindo um limite para o negro e, dentro desse limite, ele continuasse a ser explorado” (ALMEIDA, 2016, p. 33).

Podemos entender também que havia uma rede repressiva e disciplinar, que devemos visualizar como uma área no campo do conflito, na qual notamos com ação de vigilância sobre

³⁴ É bom ressaltar que o direito de levantar uma casa dentro da propriedade do senhor gerava mais autonomia, porém mais trabalho. Muitos senhores deixavam de fornecer alimentação e os escravizados tinham de trabalhar mais. Não necessariamente era um alívio.

a camada social mais baixa. “No entanto, compreendemos que tais redes opressivas deixaram brechas que possibilitavam aos escravos recriarem suas próprias redes de sociabilidade” (COSTA, 2007, p. 14-15): no caso aqui trabalhado, as casas de taipa no Poxim, desde o período colonial até os dias atuais.

Por outro lado, percebemos também que não havia interesse algum em libertar os negros, afinal de contas, “como essa sociedade se poderia libertar do fascínio de ser servida?” (ALMEIDA, 2016, p. 40). Com essa pergunta, Luiz Sávio de Almeida mostra que a pobreza tinha um elemento principal para se concretizar: a servidão, pois no espaço colonial até os dias atuais a pobreza se perpetua tendo o servo como base (COSTA, 2007, p. 14-15), no caso aqui estudado, o negro.

Segundo Robson Pedrosa Costa, foram essas expectativas e exercícios de liberdade que configuraram os laços de solidariedade que poderiam envolver não apenas negros, mas mulatos, pardos, pequenos comerciantes, pessoas livres e pobres e os próprios senhores, uma vez que “de formas diferenciadas e com objetivos culturalmente distintos, eram as relações entre iguais que socializavam escravos, livres pobres e senhores para uma convivência entre desiguais. [...]” (COSTA, 2007, p. 20).

FIGURA 15 – FAMÍLIA POBRE EM CASA



FONTE: ALENCASTRO, 2001, p. 57.

Debret, contemporâneo de Rugendas, faz uma descrição do interior de uma casa de uma família pobre, mas não negra e sim branca, que já se encontra em uma situação economicamente desconfortável. O pintor francês não só descreve o interior da casa, mas também faz um breve relato das pessoas que ocupavam:

o interior da habitação de uma velha viúva desafortunada, que ficou sozinha com a filha e uma negra velha. Quando a progressão decrescente de uma fortuna brasileira numa família que caiu da opulência ao último grau de pobreza, por infortúnios sucessivos, encontra-se sempre o mais velho escravo ainda válido, que ficou sozinho junto de seus senhores, prestando-lhes os últimos socorros com suas forças quase esgotadas. Este soalho móvel serve à noite de estrado de madeira para a negra, que aí dorme deitada sobre sua esteira. No primeiro plano, a moça da casa, ainda na flor da idade, está sentada numa escadinha e emprega sua habilidade em fabricar renda para custear a manutenção de seu vestuário; enquanto isso, a velha negra útil companheira de infortúnio, com o barril à cabeça, exerce durante o dia inteiro o ofício de carregadora de água pelas ruas da cidade, para trazer cada noite a suas senhoras de seis a oito vinténs, pequena renda destinada ao sustento dessas três pessoas. Escolhi o momento do regresso da negra, que entrega à sua jovem ama o resto do ganho do dia, do qual foi descontada a compra de algumas bananas para a ceia frugal de todas as moradoras da casa (ALENCASTRO; GRUZINSKI, 2001, p. 9).

Então, a pintura *Família pobre em casa* revela uma cena muito peculiar da prática da escravidão no Brasil: a atividade dos negros de ganho que sustentam, pelo comércio, a si e aos seus senhores porque ter escravos era um investimento comum, dos mais ricos até os remediados na cidade.

Destacamos aqui que essa pintura de Debret é a única que encontramos que mostra uma família branca vivendo em uma condição de vulnerabilidade econômica e, se observarmos bem o interior da casa dessa família, mesmo mostrando as condições econômicas de seus habitantes, a pintura descreve em elementos arquitetônicos a condição social construída no passado de opulência, como a janela, que era um elemento arquitetônico de modelo de casa senhorial. A casa da pintura é bem diferente da casa de taipa, atualmente, no Poxim, como mostra a figura 16.

FIGURA 16 – INTERIOR DE UMA CASA DE TAIPA NO POXIM ATUAL



FONTE: BARBOSA, ROBSON WILLIAMS. JULHO, 2021.

No Recife de 1816, Tollenare, viajante³⁵ francês, em suas *Notas Dominicais*, fala de povoações que viviam nos arredores do Recife, no Cabo de Santo Agostinho para ser mais preciso, e diz que havia nessas povoações uma população pobre e mestiça que construía casas de taipa “à beira mar”, compondo cerca de 300 famílias,

quasi todas de sangue mesclado; vi apenas quatro brancos, que provavelmente eram lavradores³⁶. Os habitantes do nascente povoado ocupavam-se em construir as suas casas, algumas são de taipa, um grande numero de folhagem e uma apenas de pedra e cal; estão alinhadas em seis filas, que formam tres ruas com algumas travessas (TOLLENARE, 1978, p.100).

Podemos notar com mais nitidez essas construções, assim como tantas outras já mostradas, na iconografia do século XVII, *Alagoa ad Austrvm*, de 1671, de outro pintor neerlandês, Jacob Van Meurs. Nela, percebemos um conjunto de casas de taipa próximo à água, nesse caso próximo à lagoa, e uma das casas está com boa parte frontal já sem parte do barro. Ao mesmo tempo, conseguimos ver o negro puxando as redes de pesca sob a fiscalização do

³⁵ Um fator muito importante de se elencar é que muitos dos viajantes cronistas vão para o sudeste, enquanto Tollenare esteve no Recife no ano de 1816.

³⁶ Segundo Tollenare, esses lavradores, em sua maioria, eram pessoas pobres e “Brasileiros, de origem branca, pouco mesclados de mulatos”. Ver Tollenare (1978, p. 93).

branco, enquanto outros negros, na parte superior da imagem, estão indo em direção à igreja fortemente protegida, como nos mostra a iconografia abaixo.

FIGURA 17 - ALAGOA AD AUSTRVM (COM DETALHES)



FONTE: SALES, 2013, p. 30.

Mas, se tirarmos a venda dos olhos, observamos que não era de costume ou uma prática os três pintores retratarem as casas desses negros e pobres internamente, por motivos óbvios: o racismo e o preconceito social. Nenhum deles se dispunha a entrar nessas casas pela simplicidade que elas representavam e a nenhum deles passaria pela cabeça se inserir em um espaço físico em que negros e pobres sentiam-se livres. Em outras palavras, “o olhar do branco dessa época não é digno de fé; o racismo, os preconceitos culturais e as ideologias do trabalho

do período predispunham os viajantes estrangeiros e brasileiros “homens de bens” a verem os escravos como desregrados” (SLENES, 1996, p. 1).

3 CONCLUSÃO

As casas de taipa são construídas com aquilo que a terra oferece a todos aqueles que a ocupam – como barro, madeira, água e palha – e, no momento do processo de povoação do vale do rio Poxim para a construção dos primeiros engenhos, isso era, a princípio, quase tudo que a Villa Real de São José do Poxim tinha para oferecer aos indivíduos que lá chegaram pelos idos de 1632 e passaram a povoar as terras de São José³⁷.

Essas construções – ou arquiteturas – vernaculares, como passou a chamar a professora Angélica, deixaram-nos uma prática de sociabilidade e ludicidade pelo modo de construção conhecido como tapanção, mostrando nada mais que um momento de “liberdade” para os negros, pretos e mulatos que erguiam as casas de taipa.

Por outro lado, a construção das casas de taipa tornou-se uma tradição, que ao mesmo tempo, revela-nos as diferenças entre colonos e colonizados, ricos e pobres, brancos e pretos. As casas de taipa registradas na Villa Real de São José do Poxim e no Poxim atual revelaram-nos um objeto (a casa de taipa) de estudo valioso para construção desta pesquisa com a variedade de significados passando por várias áreas das ciências sociais e outras ciências, como é o caso da história, antropologia, sociologia, arte, engenharia e arquitetura. Com isso, o nosso objeto de estudo nos transmitiu uma via de acesso com múltiplos olhares, levando em consideração as ciências citadas anteriormente.

Conseguimos identificar de maneira muito simplória os dois tipos das técnicas das casas de taipa: a taipa de mão e a taipa de pilão. A primeira ficou marcada como sendo moradias de negros, pretos, mulatos e pobres, enquanto a taipa de pilão ganhou *status* para os mais abastados, pois passou a exigir um custo maior com o surgimento de novos elementos, como cal, tijolo cozido, tinta, eira e beira para a construção das moradias além daquilo que a terra oferecia e, posteriormente, na segunda metade do século XIX, a alvenaria.

Levando-se em consideração os aspectos aqui apresentados, podemos identificar, através das iconografias e das referências bibliográficas que reuniram informações histórico-

³⁷ Antônio Moura Castro doa para São José, padroeiro do Poxim, as terras em que hoje é o povoado, sendo que toda a parte da administração, como cobrança de impostos, concessões e outros ficou a cargo da Igreja Católica. Ver Lemos (1999. p. 180).

sociais do passado e nos permitiram compará-las com o presente, que a diferença das moradias no Brasil desde o período colonial até os dias atuais denuncia as diferenças sociais que vêm passando de geração para geração durante esses cinco séculos e que muitas vezes passam despercebidas diante da exuberância tropical de nossas terras.

Contudo, fica clara essa diferença entre as moradias daqueles que controlavam a economia açucareira e daqueles que trabalhavam de sol a sol nas lavouras da cana-de-açúcar e, mesmo assim, fizeram nascer, com toda a adversidade política e social, a tradição das casas de taipa que até hoje representam aqueles que não têm “eira nem beira”.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe; GRUZINSKI, Serge; MONÉNEMBO, Tierno. **Rio de Janeiro, cidade mestiça: nascimento da imagem de uma nação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; vol. 1.).

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **História dos costumes, usos e (ab) usos nas Alagoas**. Achegas (I): sobre negros. Maceió: Agência Fonte de Notícia, 2016.

ANDRADE. Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar no nordeste Oriental IV: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. Recife: Instituição Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1959.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

AQUINO, Rubim Santos Leão. **História das sociedades – das comunidades primitivas as sociedades medievais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

AZEVEDO, José Ferreira, **Formação sócio-econômica de Alagoas: o período Holandês (1630 - 1654) – uma mudança de rumo**. 2002. 111 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Tradução de Cláudio Brandão. Recife: Editora Fundação de Cultura do Recife, 1980.

BRANDÃO, Helena Câmara; MARTINS, Angela Maria Moreira. **Varandas nas moradias brasileiras: do período de colonização a meados do século XX**. Disponível em <<http://www.revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC1/HELENALACE1.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2021.

- BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã** – Um Estudo das Elites do Século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Navegação: Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro**. Porto: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.
- CAVALHEIRO, Odilon Pancaro. **Alvenaria estrutural: tão antiga e tão atual**. Disponível em <https://anicerpro.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Alvenaria-Estrutural_T%C3%A3o-antiga-e-t%C3%A3o-atual_cavalheiro1.pdf> Acesso em: 10 jun. 2022.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- COSTA, Robson Pedrosa. **Cotidiano e Resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871 - 1888**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. Maceió: Edufal, 2005.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012.
- FARIA, Sheila de Castro. **De olho nas casas da colônia**. Revista Nossa História. São Paulo, v. 16, n. 36, 1988, p. 56-60, fev. 2005.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- LAGO, Pedro Correa do; LAGO, Bia Corrêa do. **Frans Post {1612-1680}**. Obra Completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEMOS, João Ribeiro. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió: Editora do autor, 1999.
- LEMOS, João Ribeiro. **Poxim: terra de história e de mitos: Vila Real de São José do Poxim do Sul**. Coruripe: Ed. Coruripe, AL, 2018.
- LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Governo do Estado de Alagoas. Maceió: SEPLAN, 1992.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **As múltiplas faces da escravidão**. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MENEZES, Catarina Agudo. **A cultura do açúcar**: uma herança dos antigos engenhos de Alagoas. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquia_t5_engenhos_acucar.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2017.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da Gente Brasileira**. Colônia. São Paulo: Leya, 2016.

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RODRIGUES, Jaime. “**De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem**”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.75, p. 69-95. Epub Sep 11, 2017. ISSN 0102-0188. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/ZCM7CZ5hBFdC6GQyG7h4sqv/?format=pdf&lang=pt>>.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História. Vol. 18, n. 36, 1988, p. 187-249.

SALES, Francisco A. **Arruando para o Forte**: roteiro sentimental da cidade do Penedo. Penedo: Editora Fundação Casa de Penedo, 2013.

SANTOS, Robson Williams Barbosa. **Escravidão, sociedade e economia na Villa Real de São José do Poxim – 1774 a 1854**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Angélica da. **A casa de taipa no litoral sul de Alagoas**: registros escritos e visuais. Disponível em <<https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/9135>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SLENES, Robert. **As provações de um Abraão africano**: a nascente nação brasileira na Viagem Alegórica de Joahnn Moritz Rugendas. Revista História da Arte e Arqueologia, n. 2, IFCH/Unicamp, 1995-1996 p. 271-536.

SLENES, Robert. **Lares negros, olhares brancos**: história da família escrava no século XIX. Revista Brasileira de História, n. 16, São Paulo, 1988-1996 p. 189-203.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Engenho sim, de açúcar não**. O engenho de farinha de Frans Post. Belo Horizonte, vol. 25, n 1, p. 61-83, jan /jun 2009.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmém Lúcia. **Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas Grandes das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: SEBRAE/AL, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidade brasílicas: Deletes sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; vol. 1.)

FONTES

AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9193.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, v.40: 1918 (1923).

CAIXA 1038 - DOCUMENTO: Estado de alagoas – Tesouraria da Fazenda **assunto**: Mapa populacional do Poxim **ano**: 1853. **APA**.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coruripe**: panorama. c2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/coruripe/panorama>>.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.